

Plenário já não será o alvo dos lobistas

O fato das comissões temáticas ganharem o poder constitucional de emendar, aprovar ou rejeitar projetos de lei vai desviar a atenção dos lobistas do plenário da Casa. Para lá irão somente matérias polêmicas, que requeiram o voto de todos os deputados e senadores. No entanto, este mesmo motivo aumentou a disputa, entre os parlamentares, pelas vagas e cargos de direção das várias comissões. Alguns procuraram, voluntariamente, se instalar de acordo com sua área profissional; outros, buscaram ficar desde já no lugar certo das decisões de seu interesse político.

Não foi por outro motivo, por exemplo, que a Comissão da Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática foi uma das mais disputadas entre os parlamentares. O

deputado Gumercindo Milhomem (PT/SP) denunciou, na instalação do órgão, que o corpo da comissão estava formado de quase um terço de proprietários de rádio e televisão, interessados diretos em algumas das cerca de 300 renovações de concessões das emissoras a serem votadas pela comissão.

Se o maior desafio desta comissão será julgar os pedidos de renovação de concessão de rádio e de televisão de seus membros, como salientou a deputada Bete Mendes (PMDB/SP) para outra comissão, a de Saúde, Previdência e Assistência Social, o desafio será transformar em lei toda a reforma prevista pela Constituição para estes setores. Consciente do interesse nacional que tem o órgão, seu presidente, o médico e deputado Raimundo Bezerra (PMDB/CE), acha que vai ter que lutar contra outros

po e contra o número reduzido de integrantes de seu quadro, 51.

A primeira providência será a de reverter a realidade do setor de saúde no Brasil: priorizar a medicina preventiva, que hoje representa 15 por cento das atividades, contra 85 por cento da curativa. Bezerra também quer instrumentalizar o grupo de técnicos que elabora as leis de diretrizes orçamentárias do Governo, para que desde agora sejam assegurados os recursos necessários à seguridade social (saúde, previdência e assistência). Ele tem até abril para fornecer todas as informações necessárias a esta tarefa.

Precisa ainda regulamentar todos os dispositivos que tratam da recuperação do nível de proventos de 11 milhões de aposentados e os que prevêem ajuda a 13 milhões de deficientes, entre outras matérias

que irão surgir fora da Constituição. O deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), presidente da Comissão de Relações Exteriores, também vai se deparar com um nível elevado de debate de temas nacionais, como a intercomercialização da Amazônia e a dívida externa.

Outra área de questões delicadas e polêmicas é a de Minas e Energia, cuja comissão será presidida pelo deputado Octávio Elisio (PSDB/MG). Os dispositivos constitucionais prevêem que toda matéria relativa à mineração, extração e exploração de recursos hídricos e minerais, incluindo todos os planos de política energética para o País, devem passar pelo Congresso Nacional. A comissão tem que examinar, entre outros projetos, o do código de mineração e os que tratem de energia nuclear.